

Todas as revoluções se caracterizam por dois aspectos fundamentais: um ao nível da acção política e da ideologia; outro ao nível das modificações económicas e da prática social. É na relação entre estes dois aspectos, entre a revolução vista e articulada ao nível das «élites» políticas e a revolução sentida e vivida pelas massas populares que se encontra a chave para o desenvolvimento — e a compreensão — de muitas situações revolucionárias. Raras vezes estes dois aspectos da revolução estiveram tão distantes, e também raras vezes foram tão mistificadamente confundidos, como em Portugal durante os dois anos atribulados que se seguiram à queda do regime de Marcelo Caetano em 25 de Abril de 1974.

Foi assim que muitos dos observadores estrangeiros que se ocuparam do período 74-75 em Portugal acreditaram estar a assistir a um dos acontecimentos de cariz socialista mais radical e de maior alcance da Europa do pós-guerra, tendo mesmo um observador português tão bem informado como é António de Figueiredo concluído no seu livro «Portugal: 50 Anos de Ditadura» que «a tendência para uma revolução socialista parecia irreversível». Muitos dos portugueses que participaram nos acontecimentos acreditaram, eles próprios, que aquilo em que estavam empenhados era uma revolução socialista genuína, enquanto a expressão «a transição para o socialismo» se tornou um lugar-comum na linguagem dos militantes políticos e dos intelectuais que comentaram a situação.

Actualmente, contudo, não só os oficiais de tendência socialista do MFA, os comunistas e outros partidos da esquerda socialista perderam o poder e a influência, mas o próprio socialismo democrático de Mário Soares e o Partido Socialista estão em posição de inferioridade em relação a forças mais conservadoras entre os militares e a burguesia portuguesa. Além do mais, tudo isto aconteceu sem que houvesse uma contra-revolução sangrenta, sem que se fizesse sentir qualquer repressão violenta e em larga escala junto da classe trabalhadora e do movimento popular. A revolução portuguesa extinguiu-se «não com um baque, mas com um suspiro».

Que foi então feito da revolução de 25 de Abril? Na realidade, de que se tratou? Ou, melhor dizendo, será que de facto alguma vez existiu?

Para explicar o paradoxo desta «revolução que nunca o foi» é preciso, em primeiro lugar, avaliar as enormes discrepâncias entre a ideologia política e a realidade social que caracterizaram os acontecimentos em Portugal depois de 25 de Abril, e reconhecer o impacto limitado que as ideias políticas e as instituições têm em períodos, como este, de conflitos sociais e transformação radical.

É certo que em 1974 houve uma revolução em Portugal. Mas não a revolução que muitos dos seus autoproclamados líderes pensavam que seria, nem, certamente, «a transição para o socialismo» que muitos comentadores de todo o mundo esperavam ou temiam estivesse a acontecer em Portugal.

A reedição da obra de João Martins Pereira «Pensar Portugal Hoje: Os Caminhos Actuais do Capitalismo Português» constitui um precioso auxiliar para a compreensão da natureza deste processo. Publicado pela primeira vez em 1971, o livro foi reeditado agora com dois novos capítulos sobre o desenvolvimento do capitalismo português e as perspectivas que se deparam à esquerda em finais dos anos 70. No entanto, antes de passarmos à análise da obra de Martins Pereira, será bom examinar de perto alguns dos mitos ideológicos que prevaleceram durante o período em questão, tanto por parte da esquerda como por parte da direita. No centro de todos aqueles que vamos estudar encontra-se a noção de que aquilo que estava a acontecer em Portugal se podia explicar em termos de mobilização política exercida pelas forças de esquerda, quer se considerassem estas os «Capitães de Abril», o Partido Comunista Português ou os vários projectos de «poder popular» da extrema-esquerda.

Alguns mitos ideológicos

A mais persistente destas teorias foi a que considerou o MFA o «motor da Revolução



Portuguesa» ou mesmo um «movimento de libertação nacional», e a hipótese de criação de uma «Aliança Povo-MFA» que conduziria Portugal irreversivelmente em direcção ao socialismo. Contudo, logo de início se tornou evidente que uma das não menores motivações do MFA, e ainda mais das forças sociais que apoiavam o general Spínola, foi exactamente evitar uma revolução popular. Nos meses que antecederam o golpe, Marcelo Caetano havia claramente reconhecido que o seu regime atravessava a maior crise social e económica de sempre, e aceitado a inevitabilidade do seu derrube. Alguns dias depois do golpe, um dos capitães do MFA, que teve papel de destaque nos acontecimentos do 25 de Abril, explicou que os oficiais tinham decidido agir, «porque, se nós não o fizéssemos, seria a população a fazê-lo» e, o que seria pior, «o povo pegaria em armas». De igual modo, aqueles oficiais escolheram Spínola para encabeçar o novo regime porque parecia ser a pessoa que mais probabilidades tinha de fazer com que «a nossa revolução não caia na rua».

Na realidade, a causa fundamental do 25 de Abril não foi, como muitas vezes se tem dito, o desejo por parte dos oficiais de acabarem com a guerra colonial, independentemente de conduzirem o povo português em direcção ao socialismo, mas a recusa obstinada dos interesses enquistados na estrutura do poder do regime fascista quanto a admitir as transformações, a nível de superestruturas, tornadas necessárias pelo aparecimento de uma sociedade industrial mais moderna. Não só os sectores mais dinâmicos e empreendedores do capital português necessitavam de políticas financeiras e agrárias mais progressivas, não só o desenvolvimento tecnológico exigia uma maior liberdade de expressão e discussão, além de formas mais democráticas de representação e conciliação de interesses, mas também se estava a verificar o desenvolvimento de uma nova classe operária impossível já de conter por meio da vigilância autoritária que uma polícia política rigorosa exercia sobre os trabalhadores.

O regime que subira ao Poder em 1926 tinha servido não apenas para resistir à democracia e ao socialismo, mas também para conter um tipo de progresso rigorosamente capitalista. As suas estruturas autoritárias não proporcionaram os meios mais eficazes para a conciliação dos diferentes interesses económicos no seio do próprio poder vigente, ou para a resolução de conflitos sociais mais vastos e para conter as tensões da sociedade em geral. Marcelo Caetano era a favor de uma mudança mas mostrou-se impotente quanto a realizá-la, e em 1974 ele próprio verificava que o regime não tinha possibilidade de ir para a frente. Sem capacidade ou preparação para dar início a transformações que, vindas de cima, pudessem

ao Governo Provisório depois de Abril de 1974 (como os bolcheviques na Rússia em 1917), ele conduziu o seu partido ao Governo, e fez tudo para restringir e reprimir o movimento dos trabalhadores que então surgia.

Condenando greves «irrealistas» e «irresponsáveis», bem como ocupações «não autorizadas» de casas e propriedades privadas, por fazerem o jogo da reacção, chegando mesmo, de princípio, a avançar lentamente no que se refere a apoiar medidas de reforma agrária, o PCP mostrou-se mais interessado em estabelecer, para si próprio, posições de poder dentro da ordem social existente do que em conduzir uma ofensiva revolucionária contra ela. Esta política também não sofreu alterações no tempo do «gonçalvismo», altura em que o Partido Comunista parecia dominar o Governo. Em nome da «batalha da produção», o Governo de Vasco Gonçalves instituiu um programa de austeridade, apelando para que os trabalhadores evitassem reivindicações salariais «pouco razoáveis» em nome dos interesses nacionais, tendo chegado mesmo a enviar tropas contra os trabalhadores manifestantes e em greve.

A extrema-esquerda

Porém, nem todas as forças de esquerda se colocaram em oposição tão frontal ao movimento popular, o que fez com que vários comentadores, especialmente os da esquerda ocidental, vissem nos grupos ditos revolucionários á esquerda do PCP (especialmente os que se iriam em seguida unir para apoiar a campanha de Otelo Saraiva de Carvalho á Presidência em 1976), possibilidades para o desenvolvimento de uma estrutura de socialismo libertário com base nos órgãos de «poder popular» que seria mais radical e revolucionário que o socialismo parlamentar da social-democracia ocidental, mas sem o autoritarismo burocrático da Europa de Leste. Contudo, ainda aqui, a realidade subjacente á retórica do «poder popular» mostrou ser muito menos substancial do que tinha parecido na altura, nos dias agitados do «verão quente» de 1975.


Em Portugal, muitos dos partidos de extrema-esquerda, embora dizendo apoiar o movimento autónomo na sua base social, caracterizaram-se de facto por um voluntarismo estranhamente populista e jacobino, parecendo, muitas vezes, ter mais em comum com certas ideias de Blanqui e Bakunine que com as de Marx e Lenine. Mais eficazes em convocar manifestações de rua, que em integrarem-se nas lutas de classes nas fábricas, procuraram criar estruturas alternativas de poder popular que tinham poucas raízes na base social do próprio poder popular. O aparecimento destas estruturas na Primavera e Verão de 1975: Os CRTSMs promovidos pelo PRP, as assembleias populares advogadas pelo Documento-Guia do MFA, as propostas de «poder popular» do Documento do Copcon, e as posições da Frente de Unidade Revolucionária (FUR) em 1975; representaram todos eles pouco mais que «tigres de papel» — tentativas para intervir a partir de cima em vez de expressões directas do movimento popular.

É possível, que a extrema-esquerda tenha andado durante algum tempo a passo com o movimento popular, e, por isso, ter sido levada a pensar que o representava e dirigia, mas se de facto serviu para alguma coisa, a variedade de organizações, as disputas dogmáticas e sectárias dentro de cada uma e entre si, é bem possível que tenha servido para acelerar a alienação, retraimento e desmobilização das massas, assim, o ponto mais alto da campanha de propaganda e politiquices dos esquerdistas no verão de 75 marcou, se é que marcou, se é que marcou alguma coisa, o ponto mais baixo do movimento revolucionário junto da base social, como ficaria claramente demonstrado com o desbaratamento total da esquerda e do movimento popular na derrota militar de Novembro de 1975.

* Professor de Sociologia na Universidade de Nottingham.

Dada a extensão deste artigo do prof. Bill Lomax, a II Parte será publicada na próxima **Revista Livros**.

A reedição da obra de João Martins Pereira (na foto, em 1975) é um auxiliar precioso para compreender o processo português.



João Martins Pereira

ter evitado a revolução, na véspera do golpe a velha «élite» política encontrava-se tão desmoralizada ao ponto de ter perdido até a vontade de resistir. Deste modo, o MFA, talvez a menos secreta das conspirações na história das revoluções, conseguiu o seu objectivo de derubar a ditadura sem que o velho regime lhe opusesse qualquer resistência. Pode-se dizer que se o MFA não existisse teria sido preciso inventá-lo.

O papel do MFA

Não obstante, talvez fosse inevitável terem-se formado tantos mitos em torno do MFA, quer quanto ao seu empenhamento político quer quanto ao seu verdadeiro poder dentro do processo revolucionário. Mas tal como não foi o MFA que fez realmente a revolução, também não podia ser ele a mola real que impulsionasse os acontecimentos subsequentes. Contudo, as ilusões relativamente ao MFA prevaleceram, em grande parte, por causa dos erros das forças de direita portuguesa, cujas tentativas mal conduzidas para frustrar a esquerda nas crises de Julho e Setembro de 1974 e Março de 1975 apenas serviram para reforçar o poder do MFA no seio do Governo, e da esquerda no seio do MFA.

Este movimento, no entanto, nunca passou de uma minoria entre a oficialidade, e a esquerda sempre foi uma minoria dentro do MFA, como havia de o demonstrar a sua derrota aquando das eleições para a Assembleia daquele movimento em Fevereiro de 1975. De facto, se não fosse o 11 de Março, a hegemonia dos elementos mais tradicionalistas e de direita do Exército que se tornou preponderante no fim do Verão de 75, teria, provavelmente, sido verificada mais cedo. Certamente, a total incapacidade dos elementos de esquerda do MFA quanto a opor uma resistência eficaz ao ataque violento da direita no fim de Novembro de 1975 mostrou finalmente que não passavam de uma simples miragem.

Se a esquerda, tanto em Portugal como no estrangeiro, havia servido para alimentar ilusões no MFA, a direita política tinha procurado agitar um espantinho igualmente ilusório na forma do Partido Comunista Português, que foi apresentado como uma ameaça à ordem estabelecida da sociedade capitalista, lutando por impor em Portugal uma ditadura socialista, ao estilo da Europa de Leste, ou até para criar uma «Cuba na Europa Ocidental». Contudo, na realidade, o PCP tivera desde o princípio, um papel moderador, tendo as suas políticas sido, muitas vezes, menos radicais que as dos socialistas. Alvaro Cunhal não era nenhum Lenine, e longe de colocar o seu partido á cabeça do movimento popular de oposição

Por onde vai o 25 de Abril? I—A natureza da revolução de 1974

Para explicar o paradoxo desta "revolução que nunca o foi" é preciso avaliar as discrepâncias entre a ideologia política e a realidade social que caracterizaram os acontecimentos e reconhecer o impacto limitado de ideias políticas e instituições em períodos de conflitos sociais e transformação radical

BNI Lomax*

Toda a revolução se caracteriza por dois aspectos fundamentais: um ao nível da acção política e da ideologia; outro ao nível das modificações económicas e da prática social. É na relação entre estes dois aspectos, entre a revolução vista e articulada ao nível das "ideias políticas" e a revolução sentida e vivida pela massa popular que se encontra a chave para o desenvolvimento — e a compreensão — de muitas situações revolucionárias. Basta vermos estes dois aspectos da revolução estiverem tão distantes, e também tão próximos, foram tão substituídos e confundidos como em Portugal durante os dois anos atribuídos que se seguiram a queda do regime de Marcelo Caetano em 25 de Abril de 1974.

Foi assim que muitos dos observadores estrangeiros que se ocuparam do período 74-75 em Portugal acreditaram estar a assistir a um dos acontecimentos do cariz socialista mais radical e de maior alcance da Europa do pós-guerra, tendo mesmo um observador português tão bem informado como o Abílio de Figueiredo concluído no seu livro "Portugal: 50 Anos de Ditadura" que «a tendência para uma revolução socialista parecia inevitável». Muitos dos portugueses que participaram nos acontecimentos acreditaram, eles próprios, que aquilo em que estavam empenhados era uma revolução socialista genuína, enquanto a expressão «transição para o socialismo» se tornou um lugar-comum na linguagem dos militantes políticos e dos intelectuais que comentaram a situação.



João Maria Pereira

Portuguesa ou mesmo um movimento de libertação nacional, e a hipótese de criação de uma «Aliança Povo-MFA» que conduziria Portugal irreversivelmente em direcção ao socialismo. Contudo, logo de início se tornou evidente que uma das não menos notáveis razões do MFA, e ainda mais das forças sociais que apoiavam o general Spínola, foi exactamente evitar uma revolução popular. Nos meses que antecederam o golpe, Marcelo Caetano havia claramente reconhecido que o seu regime atravessava a maior crise social e económica de sempre, e sentida a inevitabilidade de um seu desfecho. Alguns dias depois do golpe de destaque nos acontecimentos do 25 de Abril, explicou os seus oficiais tinham decidido agir, porque, se não faziam o movimento, seria a população a fazê-lo e, o que seria pior, «o povo pegaria em armas». De igual modo aqueles oficiais escolheram Spínola para encabeçar o novo regime porque parecia ser a pessoa que mais possibilidades tinha de fazer com que «a nossa revolução não estivesse na rua».

Na realidade, a causa fundamental do 25 de Abril não foi, como muitas vezes se tem dito, o desejo por parte dos oficiais de colaborar com a guerra colonial, independentemente de condutores o povo português em direcção ao socialismo, mas a recusa obstinada dos interesses enquadrados na estrutura do poder do regime fascista quanto a admitir as transformações, a nível de superestruturas, tornadas necessárias pelo aparecimento de uma sociedade industrial mais moderna. Não só os sectores mais dinâmicos e empreendedores do capital português necessitavam de políticas financeiras e jurídicas mais progressivas, não só o desenvolvimento tecnológico exigia uma maior liberdade de expressão e circulação, além de formas mais democráticas de representação e conciliação de interesses, mas também se estava a verificar o desenvolvimento de uma nova classe operária impositiva já de então por meio da vigilância autoritária que uma política política rigorosa exercia sobre os trabalhadores.

O regime que subira ao Poder em 1928 tinha servido não apenas para resistir à democracia e ao socialismo, mas também para conter um tipo de progresso rigorosamente capitalista. As suas estruturas autoritárias não proporcionavam os meios mais eficazes para a conciliação dos diferentes interesses económicos no seio do próprio poder vigente, ou para a resolução de conflitos sociais mais vastos e para conter as tensões da sociedade em geral. Marcelo Caetano era a favor de uma transição mas mostrou-se impotente quanto a realizá-la, e em 1974 ele próprio verificava que o regime não tinha possibilidade de ir para a frente. Sem capacidade ou preparação para dar início a transformações que, vistas de cima, poderiam

ter estado a revolução, as forças do golpe a velha ideologia política conservadora não desmoronada ao ponto de ser perdido até a vontade de resistir. Deste modo, o MFA, talvez a menos secreta das conspirações na história das revoluções, conseguiu o seu objectivo de destruir a ditadura sem que o velho regime lhe opusesse qualquer resistência. Pode-se dizer que se o MFA não existisse não teria precisado inventá-lo.

O papel do MFA

Não obstante, talvez fosse possível ter-se formado também antes do 25 de Abril, quer quanto ao seu enquadramento político quer quanto ao seu conteúdo, poder dentro do processo revolucionário. Mas tal como não foi o MFA que fez redimir a revolução, talvez não podia ser ele a força que impulsionasse os acontecimentos subsequentes. Contudo, as ideias estabelecidas pelo MFA prepararam, em grande parte, por meio dos erros das forças de direita, Portugal, a situação actual vivida pelos portugueses.

Este movimento, no entanto, teve a passagem de uma minoria para a maioria, e a esquerda sempre foi uma minoria dentro do MFA, como havia de o ser também a sua direita aquando das eleições para a Assembleia durante o período do 25 de Abril. De facto, se não fosse o 11 de Março, a hegemonia dos elementos mais tradicionalistas e de direita do Exército que se tomou predominante no fim do Verão de 74, provavelmente, não teria sido possível a total incapacidade dos elementos de esquerda do MFA quanto a obter uma revolução social ao ataque violento da direita no fim do Novembro de 1975 mostrando finalmente que não se haviam de uma simples utopia.

Se a esquerda, tanto em Portugal como no estrangeiro, havia servido para silenciar o nome do MFA, a direita política tinha procurado agitar um espantoso igualitarismo dentro da forma do Partido Comunista Português, que foi apresentado como uma utopia à ordem estabelecida da sociedade capitalista, tentando por isso em Portugal uma ditadura socialista, ao estilo da Europa de Leste. Mas para criar uma «crise na Europa Ocidental», contudo, na realidade, o PCP levou a cabo o princípio, um papel moderador, sendo as suas políticas não, muitas vezes, menos realistas que as dos socialistas. Álvaro Cunhal não era nenhum Lenin, e longe de colocar o seu partido à cabeça do movimento popular de libertação

do Governo Provisório depois de Abril de 1974 como se pretendia em Lisboa em 1975, via com muita preocupação o seu partido no Governo, e foi tudo para assegurar e garantir o movimento dos trabalhadores que então surgiu.

Constatando graves dificuldades e situações sérias, tais como o empobrecimento das classes de base e o empobrecimento da população, por exemplo, o jogo da revolução, chegado ao fim, de princípio, a esquerda revolucionária no que se refere a apoiar tentativas de reforma agrícola, o PCP insistiu na sua insistência em estabelecer, para si próprio, posições de poder dentro da ordem social existente do que se viu desde uma situação revolucionária contra ela. Essa política também não trouxe alterações no tempo do apogeu da revolução, embora em que o Partido Comunista parecia dominar o Governo. Em nome da unidade da produção, o Governo de Vasco Gonçalves instituiu um programa de austeridade, apelando para que os trabalhadores evitassem reivindicações salariais que poderiam ser feitas nos períodos de inactividade, tendo chegado mesmo a enviar tropas contra os trabalhadores manifestantes e em greve.

A extrema-esquerda

Porém, não todas as forças de esquerda se colocaram em oposição ao Desejo do movimento popular, o que fez com que vários comunistas, especialmente os da esquerda radical, vissem nos grupos ditos revolucionários à esquerda do PCP especialmente os que se orientam em seguida para apoiar a campanha de Oito de Maio de Fevereiro e Fevereiro, em 1974, possibilidades para o desenvolvimento de uma estrutura de sociedade libertária com base nos princípios de poder popular que seria mais radical e revolucionário que o socialismo parlamentar da social-democracia ocidental, mas sem o autoritarismo burocrático da Europa de Leste. Contudo, ainda aqui, a realidade sublinhou a recusa do poder popular mostrar-se muito menos substancial do que tinha parecido na altura, nos dias seguintes do verão quente de 1975.

Em Portugal, mesmo que se tivesse de admitir que, embora limitado, houve um movimento genuíno na sua base social, o mesmo não se pode dizer que se tenha desenvolvido naturalmente popular e socialista, por exemplo, nos seus anos, se não em contacto com certas ideias de Bláznik e Bakunin que não se de Marx e Lenin. Mas mesmo assim, com as dificuldades de que, em integração nas estruturas de classes mais libertárias, procuraram criar estruturas alternativas de poder popular que tinham poucas raízes na base social do próprio poder popular. O aparecimento destas estruturas, na Primavera e Verão de 1974, em CRISMAs promovidos pelo PNE, as assembleias populares promovidas pelo Democrata-Criar do MFA, as propostas de poder popular do Documento do Grupos, e as posições da Frente da Unidade Revolucionária (FUR) em 1975, representaram todos eles pouco mais que o jogo de papel — tentativas para intervir a partir de cima em vez de expressões directas do movimento popular.

E, portanto, que a extrema-esquerda tenha andado durante algum tempo a passo com o movimento popular, e, por isso, ter sido levada a pensar que o representava e dirigia, não se de facto se trata para alguma coisa, a variedade de organizações, as disputas dignificadas e secretas dentro de cada uma e entre si, e bem possível que tenha servido para apoiar e aliar, alternadamente, o desenvolvimento das forças, assim, e pouco mais que da campanha de propaganda e política da esquerda no Verão de 75, mesmo se a que marcou, se é que marcou alguma coisa, o ponto mais baixo do movimento revolucionário junto da base social, como havia claramente demonstrado com o desbaratamento total da esquerda e do movimento popular na derrota militar de Novembro de 1975.

* Professor de Biologia na Universidade de Nottingham.

Nota: a este texto deve ser acrescentado o texto de BNI Lomax, a 11 de Maio será publicada na próxima Revista Livre.

A respeito da obra de João Maria Pereira, veja-se a 11 de Maio e os artigos seguintes para compreender o processo português.



COSTA GOMES
SOBRE PORTUGAL
MILITÂNCIA COM ALEXANDRE MARQUES

Sobre Portugal

Uma conversa com o general de Brigada e Chefe de Estado-Maior, o general de Brigada do Exército, o general de Brigada do Exército, o general de Brigada do Exército.

Costa Gomes, o general de Brigada do Exército, o general de Brigada do Exército, o general de Brigada do Exército. A respeito da revolução de 1974, o general de Brigada do Exército, o general de Brigada do Exército, o general de Brigada do Exército.

Acrescentando que a revolução de 1974, o general de Brigada do Exército, o general de Brigada do Exército, o general de Brigada do Exército.

No entanto, não há que se diga que a revolução de 1974, o general de Brigada do Exército, o general de Brigada do Exército, o general de Brigada do Exército.

Por isso, os erros cometidos, não foram devidos a um erro de estratégia, mas sim a uma falta de preparação para a revolução de 1974.

Embora de qualquer modo, o desenvolvimento revolucionário, o general de Brigada do Exército, o general de Brigada do Exército, o general de Brigada do Exército.

No livro de história, não há que se diga que a revolução de 1974, o general de Brigada do Exército, o general de Brigada do Exército, o general de Brigada do Exército.

De facto, se não fosse o 11 de Março, a hegemonia dos elementos mais tradicionalistas e de direita do Exército que se tomou predominante no fim do Verão de 74, provavelmente, não teria sido possível a total incapacidade dos elementos de esquerda do MFA quanto a obter uma revolução social ao ataque violento da direita no fim do Novembro de 1975 mostrando finalmente que não se haviam de uma simples utopia.

Se a esquerda, tanto em Portugal como no estrangeiro, havia servido para silenciar o nome do MFA, a direita política tinha procurado agitar um espantoso igualitarismo dentro da forma do Partido Comunista Português, que foi apresentado como uma utopia à ordem estabelecida da sociedade capitalista, tentando por isso em Portugal uma ditadura socialista, ao estilo da Europa de Leste.

Nota: a este texto deve ser acrescentado o texto de BNI Lomax, a 11 de Maio será publicada na próxima Revista Livre.

A respeito da obra de João Maria Pereira, veja-se a 11 de Maio e os artigos seguintes para compreender o processo português.

Luís Cid Pinto

RECENSÃO

«A Literatura para a Infância»
Autor: Alice Gomes
148 páginas

«Contos Risonhos»
Autor: Alice Gomes
Editor: Figueirinhas
76 páginas

«A Literatura para a Infância»
Autor: Alice Gomes
148 páginas

«Contos Risonhos»
Autor: Alice Gomes
Editor: Figueirinhas
76 páginas

«A Literatura para a Infância»
Autor: Alice Gomes
148 páginas

«Contos Risonhos»
Autor: Alice Gomes
Editor: Figueirinhas
76 páginas

«A Literatura para a Infância»
Autor: Alice Gomes
148 páginas

«Contos Risonhos»
Autor: Alice Gomes
Editor: Figueirinhas
76 páginas

«A Literatura para a Infância»
Autor: Alice Gomes
148 páginas

«Contos Risonhos»
Autor: Alice Gomes
Editor: Figueirinhas
76 páginas

«A Literatura para a Infância»
Autor: Alice Gomes
148 páginas

«Contos Risonhos»
Autor: Alice Gomes
Editor: Figueirinhas
76 páginas

«A Literatura para a Infância»
Autor: Alice Gomes
148 páginas

«Contos Risonhos»
Autor: Alice Gomes
Editor: Figueirinhas
76 páginas

«A Literatura para a Infância»
Autor: Alice Gomes
148 páginas

«Contos Risonhos»
Autor: Alice Gomes
Editor: Figueirinhas
76 páginas

«A Literatura para a Infância»
Autor: Alice Gomes
148 páginas

«Contos Risonhos»
Autor: Alice Gomes
Editor: Figueirinhas
76 páginas

«A Literatura para a Infância»
Autor: Alice Gomes
148 páginas

«Contos Risonhos»
Autor: Alice Gomes
Editor: Figueirinhas
76 páginas

«A Literatura para a Infância»
Autor: Alice Gomes
148 páginas

«Contos Risonhos»
Autor: Alice Gomes
Editor: Figueirinhas
76 páginas